

O esboço da proposta de reforma fiscal que o ministro da Economia e Fazenda, Gustavo Krause, apresentou ontem ao presidente Itamar Franco, pelo menos na parte que trata das despesas do setor público, é altamente positivo. Prevê medidas concretas para limitar os gastos do Estado brasileiro, tanto da União quanto dos Estados e municípios, especialmente destes dois últimos. Não fica apenas no trivial e óbvio aumento de impostos.

Ao mesmo tempo, o ministro Krause anuncia seu propósito de iniciar imediatamente, com governadores e prefeitos, a negociação de um novo programa de rolagem das dívidas de US\$ 57 bilhões que as prefeituras e os governos estaduais têm com o governo federal.

“É preciso pôr um ponto final no que denomino calote circular dentro do setor público, onde ninguém paga a ninguém, para, em última análise, a sociedade, através do Tesouro, responder ora pelo desperdício ora pela irresponsabilidade” — diz o ministro da Economia, resumindo o que é hoje o grande nó górdio da economia brasileira, causa principal — e praticamente única — da inflação, da recessão e do desemprego.

Alguns secretários estaduais da Fazenda e do Planejamento, coordenados pelos secretários de São Paulo, Frederico Mazuchelli, e de Minas Gerais, Roberto Brant, dois dos maiores devedores da União, adiantaram-se ao ministro Krause e já estão apresentando um roteiro para resolver esta questão das dívidas estaduais e municipais, com o evidente propósito de conseguir condições de pagamento mais favoráveis.

Não vale a pena aqui analisar os detalhes de uma ou outra proposta, até porque a discussão ainda está apenas no início. O que importa é que o governo Itamar, com os prefeitos e governadores inicialmente e, depois, com o Congresso Nacional, consiga estabelecer normas para o pagamento das dívidas atrasadas e para que o que for vencendo daqui para a frente seja mantido rigorosamente em dia. Além, naturalmente, de criar obstá-

culos para que novos desperdícios sejam cometidos. O mesmo vale para todo o setor público, especialmente as empresas estatais, também contumazes participantes da **ciranda do calote** de que fala o ministro Krause.

Não adianta nada um ótimo programa de rolagem da dívida e de contenção de gastos se os Estados e a burocracia estatal não quiserem cumpri-los e o governo federal não tiver disposição — ou autoridade — para cobrar obediência e punir os rebeldes. Nos últimos anos vários ministros da Fazenda tentaram essa façanha e foram derrotados. O ministro Máílson tentou, com a **operação desmonte**, transferir encargos para Estados e municípios e não conseguiu, assim como não conseguiu enquadrar os bancos estaduais. Ibrahim Eris, no Banco Central na administração Zélia Cardoso de Mello, anunciou um plano de saneamento financeiro para esses bancos, a ser aplicado em 40 dias, interveio em quatro deles e todos, hoje, estão exatamente na situação em que se encontravam desde o início dos anos 80: em situação pré-falimentar. No ano passado, por intermédio de um acordo negociado no Congresso Nacional, aplaudido tanto pelos governadores e prefeitos quanto pelo governo federal, foi aprovada a Lei nº 8.388, considerada a solução definitiva para o problema das dívidas estaduais e municipais. A lei está caducando agora, um ano depois, sem que nenhum Estado ou município tenha assinado o contrato de refinanciamento. É esta lei que Krause e os secretários estaduais querem alterar. Ótimo! Desde que a nova lei seja obedecida.

É no desarranjo nas contas públicas — do qual a dívida dos Estados e municípios é apenas um dos aspectos — que está a origem dos graves problemas sociais que o presidente Itamar Franco imagina poder resolver por decreto. Enquanto isso não for resolvido, nada que o governo faça, por mais inovador que seja, no papel, será suficiente para abrandar a crise econômica e social que o Brasil vive.